

Em que medida os movimentos sociais no campo representam uma ameaça ao poder local e uma indicação de autonomia política do trabalhador rural? O objetivo do trabalho é tentar responder a esta questão, utilizando como exemplo a situação da Paraíba, onde se destacam dois tipos de movimentos sociais: o da luta pela terra e o movimento por melhores condições de trabalho e salários que culminou na greve dos canavieiros em 1984.

A autonomia política do trabalhador rural tem sido interpretada através da análise da votação eleitoral. Questiona-se esta interpretação à medida que, no campo, não há praticamente oposição ideológica nem possibilidade de inclusão dos projetos reivindicativos das massas rurais nos programas partidários, ficando as preferências eleitorais divididas entre as famílias dominantes no município. Em tais circunstâncias, a análise dos movimentos sociais, das formas de participação dos trabalhadores rurais nestes movimentos e da reação da classe dominante assume um significado mais amplo. É através desta análise que se desvenda o processo de quebra dos mecanismos de dominação econômica, política e ideológica, primeira condição para que o trabalhador enfrente a luta política.

A ocorrência de movimentos sociais em certos municípios pode também levar à derrota o partido de oposição. Se este não oferece canais reais de afirmação da cidadania do trabalhador, não se constituiu e não é reconhecido como veiculador legítimo de seu projeto.

As análises recentes sobre as eleições e os partidos políticos no Brasil utilizam, em geral, o percentual de votação no partido oposicionista durante os anos de autoritarismo como indicador de maior nível de participação política, em comparação com o eleitorado que privilegiou nas urnas o PDS — o partido do governo.

Nesse raciocínio, os votos que garantiram a vitória do partido do governo nas eleições realizadas durante o período autoritário são tomados como indicador da ausência de consciência política e de atrelamento às forças conservadoras agrupadas no partido governamental. Estas forças estariam encasteladas, principalmente no campo, que ainda votaria pelo "voto de cabresto", pelo "compromisso". A vitória do partido do governo deveria ser atribuída à falta de urbanização e de industrialização, à impossibilidade de elevar a conscientização política do homem do campo. Amaury de Sousa, analisando os resultados de investigação sobre as eleições realizadas em 1974, 1976 e 1978, afirma que:

*"a distribuição ecológica do voto não deixa dúvidas quanto ao fato de que, desde 1974, o núcleo oposicionista estava representado pelas grandes cidades, nas regiões mais industrializadas do país, ao passo que o apoio eleitoral governista pautava-se mais e mais pelos padrões tradicionais da política clientelística prevalecente nos municípios do interior e nas regiões mais atrasadas" (2).*

---

\* Apresentado no GT Estado e Agricultura na Reunião Anual da ANPOCS em 1985.

(1) Professora do Departamento de Ciências Sociais da UFPE.

Essas e outras afirmações na literatura pertinente relacionam a menor conscientização do homem do campo a sua própria condição rural, negando a possibilidade de maior participação política efetiva, exatamente por não ser operário urbano. Têm subjacente a concepção do camponês como alienado que só seria capaz de se envolver em movimentos pré-políticos (3).

Face a este raciocínio, duas constatações se impõem: 1.º) não é possível negar que as vitórias do partido governista ocorreram principalmente nas áreas rurais do Nordeste; 2.º) por outro lado, é no Nordeste que se desenvolvem, no campo, movimentos sociais de caráter eminentemente político, à medida que se inscrevem num contexto de relações entre trabalhadores—empresas—Estado, muito evidentes a ponto de tanto os conflitos de terra do Litoral como as greves da zona canavieira serem interpretadas como uma luta contra o capital (4).

A luta pela terra, no Nordeste, que teve seu marco nas Ligas Camponesas (1958/64), atualmente se expressa através dos inúmeros conflitos. Na zona canavieira da Paraíba unem-se posseiros, meeiros e arrendatários contra a tentativa de expropriação por parte das empresas agroindustriais, no processo de expansão que vêm sofrendo as culturas de exportação e da cana, desde a implementação do Proálcool.

As greves da zona canavieira no Nordeste começaram em Pernambuco em 1978 e vêm ocorrendo até hoje, como forma de pressionar um acordo coletivo entre patrões e trabalhadores que estabeleça melhores salários e melhores condições de trabalho. Em 1984, pela primeira vez, entraram em greve concomitantemente os trabalhadores e canavieiros de três Estados: Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. A greve foi unificada pelas FETAGs e pela CONTAG.

Como explicar a ocorrência da luta política, nos conflitos de terra e nas greves, simultânea à aparente falta de consciência política, expressa nos resultados eleitorais no Nordeste? Primeiramente, é necessário definir a relação entre a participação nos movimentos sociais e o comportamento eleitoral; depois, levantar algumas considerações sobre o significado do voto governista e do voto oposicionista para melhor qualificar as formas de participação política da população.

Reconhece-se a dificuldade em estabelecer a relação entre movimento social e voto, isto é, participação na escolha de representantes. Esta dificuldade não reside na diferença de nível de participação, mas, em estabelecer o significado do voto para as massas rurais e como percebem esta "política" cuja prática se faz normalmente acima e apesar delas. Entretanto, o esforço em explicar como se efetua esta correlação diz respeito à necessidade de entender como se desenvolvem os mecanismos de dominação ideológica e política.

Os argumentos levantados basear-se-ão na interpretação dos dados da pesquisa de campo realizada durante as eleições de 1982 no Brejo Paraibano onde estão ocorrendo diversos conflitos de terra face à expansão da cultura da cana (5) bem como dos dados constantes nos relatórios da pesquisa realizada pelo NDHIR/UFPb, sobre as mesmas eleições nos municípios de Alhandra e Conde, região de grande incidência de conflitos de terra, e em Sapé, onde existiu a maior liga camponesa (6).

Dessa forma, será problematizada a questão levantada inicialmente através de exemplos da luta pela terra no Estado que, até 1984, se constitua no mais importante movimento social ocorrido na Paraíba (7).

As características dos conflitos de terra neste Estado podem ser assim resumidos:

1 — Atingem um campesinato diferenciado, composto de rendeiros, arrendatá-

rios, foreiros, parceiros e posseiros com variados níveis de renda, já totalmente ligados ao mercado e cujas condições de reprodução dependem do livre acesso à terra.

2 — Tal diferenciação, no entanto, mostra-se irrelevante em relação a características e interesses comuns que unem os camponeses e que os levam a enfrentar os grandes proprietários fundiários e as empresas agroindustriais.

3 — Essa luta remonta às origens da ocupação da região, envolve gerações e obedece a ciclos de expansão do capital, que correspondem à maior ou menor possibilidade de reprodução deste campesinato.

4 — No atual estágio, graças à política de desenvolvimento agrícola baseada nos programas de modernização de usinas, no Proálcool e no incentivo à exportação de produtos agrícolas, o conflito envolve camponeses, empresas e o Estado.

5 — De início, os camponeses foram orientados pela Igreja progressista que realizou a mediação inicial entre as lutas localizadas e o contexto nacional mais amplo.

6 — Posteriormente, essas lutas foram encaminhadas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e unificadas pela FETAG, em nível estadual, e pela CONTAG. Mais recentemente, contam com a CONCLAT e a CUT, em nível nacional.

É importante lembrar, para os propósitos deste trabalho, que a orientação política da CONTAG, nas últimas eleições, junto ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, em nível estadual e municipal, foi a de que se exigisse dos partidos políticos e de seus candidatos uma definição pública, clara e imediata, sobre as reivindicações da classe, respeitando as diferenças regionais e locais, incluindo as iniciativas que deveriam ser tomadas e quando se deveria tentar implementá-las.

Com base nessa orientação, a FETAG/Pb elaborou um documento em que tratava o problema da terra como a questão política mais importante para os trabalhadores e, por isso mesmo, considerada como ponto de partida de qualquer ação governamental comprometida com os interesses da maioria. Neste sentido, entre outras reivindicações: relacionadas com mudanças na política agrícola e agrária, apontava como medida de absoluta urgência a imediata desapropriação, por interesse social, das áreas de conflito, bastando para isso usar o Estatuto da Terra, o que dependia de decisão política. Ao mesmo tempo, reivindicava a imediata desapropriação das áreas com concentração de parceiros e arrendatários, tradicionais produtores de alimentos, que estão sendo substituídos pela grande produção voltada para o mercado externo e pela expansão de canaviais para a produção de álcool carburante (8).

Entretanto, a FETAG/Pb, quase sempre só vinha a encampar essas lutas, quando elas já haviam adquirido o caráter de conflito. Isto aconteceu sobretudo porque os STR(s), de início, raramente se sensibilizavam com a luta pela terra, dado o caráter predominantemente assistencialista destas organizações, seu atrelamento à política governamental, através da ligação com o Ministério do Trabalho, em decorrência da estrutura sindical brasileira e sua utilização no jogo de poder local pelas forças políticas dominantes.

Desse modo, dos 135 sindicatos de trabalhadores rurais da Paraíba, apenas 3 se posicionaram claramente contra a política oficial durante as eleições: Alhandra, Pitimbu e Sapé (9). Houve também, em todos os períodos eleitorais durante o regime autoritário, um investimento ostensivo do partido governista no sentido de controlar e dirigir os órgãos de classe com objetivos político-eleitorais.

Assim, as lideranças mais combativas surgem e se fortalecem na própria luta pela terra que, nessas regiões, se constitui na forma mais avançada de conflito no campo. Ali, também se desenvolve a consciência dos trabalhadores quanto à polarização de inte-

resses entre agricultores, de um lado, e empresários e Estado, de outro.

Daf, como para a própria luta é importante o posicionamento e a atuação de um órgão classista, dando maior poder de mobilização aos agricultores e mais peso a suas reivindicações, aparece a necessidade de transformar o Sindicato, simplesmente assistencialista, em órgão de real representação de classe. Assim se deu em Alhandra, no litoral, e em Alagoa Nova e Pilões, no Brejo Paraibano, onde as lideranças, forjadas na luta pela terra, se transformaram em lideranças sindicais.

Estabeleceu-se, deste modo, embora de forma superficial e incompleta, apenas para os fins deste trabalho, as relações entre o movimento de luta pela terra e os sindicatos.

Agora, serão examinadas as características dos partidos e como se apresentava o quadro partidário da região durante o período autoritário.

Na Paraíba, como em todo o Nordeste, a política era realizada por membros de uma elite que se posicionam em determinado partido, segundo conveniência das diversas facções dos grupos familiares. Aliás, como ainda hoje. Neste sentido, não há uma base de classe que distinga os integrantes dos diferentes partidos. Assim, nada há que diferencie o candidato de um partido ou de outro, exceto o discurso. Estas considerações são importantes. Basta lembrar que todas as eleições realizadas, durante o regime autoritário, no Estado, tiveram forte tendência municipalista, perdendo-se, neste nível, o caráter plebiscitário que vem caracterizando cada vez mais as eleições nos grandes centros.

Portanto, o partido da oposição não apresentava claramente uma base ideológica. Como levar a sério candidatos da oposição que, discursando, em nível nacional, contra o modelo econômico vigente, eram beneficiados por este mesmo modelo, em nível municipal, como no caso de usineiros e fornecedores de cana <sup>(10)</sup>? No mesmo sentido, para exemplificar como o jogo político no campo não tinha conotação ideológica contra o regime vigente, os usineiros, que têm uma área de influência econômica e política incluindo diversos municípios, podiam apoiar, em um município, um candidato governista e, em outro, um candidato do PMDB como aconteceu com a Usina Santa Maria que, no município de Pilões, apoiou o do PMDB e, em Areia, o candidato do PDS. A opção era uma questão que obedecia a normas que regem as rivalidades tradicionais entre ramos da mesma família, em luta pela hegemonia econômica e política na região. Da mesma forma, a divisão PMDB1 e PMDB2 — as duas sub-legendas do PMDB — demonstra a procura do espaço político num jogo artificialmente limitado por dois partidos.

Conseqüentemente, nestes municípios, a oposição não construiu uma imagem semelhante àquela que a distinguiu nas grandes cidades:

“condenação de um modelo de desenvolvimento econômico que implicava no empobrecimento da maioria da população, a reivindicação das eleições diretas para todos os níveis de poder executivo e repúdio à noção de que o eleitorado fosse imaturo ou incapaz de votar de modo sensato” <sup>(11)</sup>.

A imagem da oposição está, portanto, ligada a questões que dizem respeito às condições de produção e reprodução da existência da maioria da população bem como, a aspectos da prática democrática.

Nesse sentido, a questão da terra é crucial para a construção dessa imagem no campo, vez que a exclusão do modelo econômico vigente se manifestou concreta-

mente através de programas estatais, como o Próalcool, que, favorecendo a empresários rurais, expropriava os camponeses, o que significava perda da autonomia implícita no livre acesso à terra.

A luta pela terra é, pois, luta por melhores condições de existência face aos baixíssimos salários pagos ao trabalhador já totalmente expropriado, exprimindo também o grau de autonomia política alcançado face às relações de dominação-subordinação vigentes no campo, embutidas nas diferentes relações de trabalho. Assim, a luta pela terra significa não somente a possibilidade da construção de uma autonomia econômica como também a possibilidade de construção da cidadania, através do enfrentamento com o dono da terra no processo de mudança das relações de dominação-subordinação.

A classe dominante não somente receia perder privilégios econômicos imediatos, no caso da vitória de uma comunidade que luta pela terra, reivindicando sua desapropriação, como percebe o perigo maior que significa este enfrentamento do ponto de vista ideológico e político. Nesse caso, compreende-se o empenho do Estado, após a vitória da desapropriação, em cooptar os agricultores através de crédito e programas de "desenvolvimento".

Aqui, como já foi mencionado, observa-se ainda outra falta de consistência da oposição que lhe retira conteúdo ideológico oposicionista. Ela diz respeito à defasagem entre a condenação do modelo de desenvolvimento econômico pregada pelo partido em nível nacional e sua postura em nível municipal. Assim, nos municípios onde a luta pela terra se concretiza e, o enfrentamento, assumido pelos agricultores, refletia a orientação partidária oposicionista, os candidatos não tocavam na questão da terra.

No caso extremo de Sapé, onde o processo de proletarianização foi intenso na década de 70, embora praticamente não exista luta pela terra, a questão agrária ainda é importante (12). Aí, durante as eleições, ela foi deliberadamente deixada de lado por duas razões: medo de provocar um clima de ebulição política que reeditasse a repressão ocorrida na época das Ligas e, principalmente, porque os líderes oposicionistas eram constituídos sobretudo por médios proprietários abastados, para os quais esta questão também representava uma ameaça. Assim, o que vigorou, na prática, para concretizar a vitória do PMDB, foi a contradição entre médios proprietários e a Usina. O voto contra a Usina, aliada ao PDS, juntou os médios proprietários, a pequena burguesia urbana e os assalariados rurais da cana e do abacaxi, concentrados na cidade (13).

A mesma estratégia foi seguida pelo candidato do PMDB à prefeitura de Areia, no Brejo Paraibano, que conseguiu congrega alguns dos médios proprietários fornecedores de cana, os assalariados rurais concentrados na cidade e a pequena burguesia urbana.

Dessa forma, na Paraíba, as vitórias do PMDB no campo não teriam o mesmo significado que as vitórias do partido de oposição nas grandes cidades. Na área canavieira, não se negou o modelo de desenvolvimento econômico vigente, mas a tática foi a de reunir esforços, tentando contrabalançar a hegemonia da Usina, procurando dividir o poder entre outros agentes econômicos.

Uma questão que se coloca: em que condições se efetuou, na prática, a aliança dessas forças com os assalariados rurais? Por outro lado, será que esta aliança teria sido possível se as eleições de 82 tivessem ocorrido depois da greve dos canavieiros em que culminou o processo iniciado com a luta pelo reconhecimento dos direitos. Em outras palavras, se a greve dos canavieiros tivesse ocorrido antes das eleições?

A questão da democracia debatida pelo partido de oposição em nível nacional será também confrontada em nível municipal. Neste caso, as práticas dos dois partidos

são semelhantes, todos os dois construindo "currais eleitorais" manipulados. Neste sentido, não se pode estranhar que o PDS tenha obtido maior êxito, vez que tinha a máquina governamental em mãos, com todos os recursos disponíveis dos diferentes programas de desenvolvimento.

Assim, lideranças sindicais ligadas à luta pela terra se expressaram sobre líderes oposicionistas ligados ao município:

"Waldir Bezerra (PMDB) só quer voto, só vem aqui nas eleições, diz que vai organizar o diretório e fica na promessa,"

"Mariz (candidato a governador pelo PMDB) não tinha nenhum serviço prestado ao município, Wilson Braga não tinha, mas, negociou com a fome: distribuiu esmolas, fez promessas".

É significativo que, em nenhuma das situações estudadas, o PMDB tenha procurado escolher candidatos à prefeitura que estivessem ligados aos problemas da maioria da população, à questão crucial da terra. Quando o fez, no caso de Conde, o candidato teve problemas legais para o reconhecimento junto ao TRE e o partido se desinteressou lançando outro que não tinha nenhuma representatividade popular.

Em decorrência do processo de mudanças das relações de trabalho ainda em curso no Litoral e no Brejo Paraibano, principalmente nas culturas de cana e do abacaxi, com a proletarização intensa dos trabalhadores rurais, as sedes de muitos municípios se encheram de "pontas de rua", isto é, cresceram as áreas de moradia de assalariados rurais que habitam em casebres, sem nenhuma infra-estrutura urbana. Este crescimento intenso das pequenas cidades do interior que não dispõem de recursos necessários para oferecer tal infra-estrutura, provocou uma demanda considerável pelos serviços que antes faziam parte das obrigações do patrão na relação de "morada".

Assim, os políticos, principalmente de oposição, perceberam que nascia um novo eleitor que recentemente havia rompido as relações de dominação-subordinação que o ligavam ao patrão, dono de terras, encerradas nas relações de trabalho tradicionais. Este novo eleitor ainda não podia ser enquadrado como um cidadão, no sentido de seu reconhecimento, enquanto participante da vida democrática, em termos políticos e sociais. Desta forma, ele é presa fácil de ações clientelistas e se enquadra perfeitamente nestas novas relações políticas.

O candidato promete à população desde favores pessoais, incluindo empregos, vagas em hospitais e escolas, até reivindicações coletivas, como doação ou desapropriação de terrenos e material para construção, posto de saúde, eletricidade, água... Estes favores são cumpridos, dependendo da maior ou menor influência do político, numa corrente que liga o político municipal ao legislativo e executivo estaduais e ao legislativo e executivos federais, desde o vereador ou prefeito, ao deputado da área e chefe político mais longínquo, como o senador. São as verbas dos vários programas de ajuda e desenvolvimento e até mesmo as rotineiras, de contratação das diversas secretarias de Estado e de órgãos federais, que poderão vir a ser manipulados. O sistema de favor engloba assim até mesmo a indicação de como juntar documentos para conseguir acesso a direitos adquiridos como aposentadoria, empréstimos bancários, etc...

Dessa forma, impede-se a possibilidade da construção da idéia de cidadania na consciência do trabalhador, à medida que, como lembra Eli Diniz:

**“o atendimento às necessidades básicas em termos de serviços públicos não é encarado como um direito e uma prerrogativa de cidadania. Ao contrário, trata-se de uma concessão a quem tem maior poder de barganha e como tal é percebido pelos participantes do processo” (14).**

Nas eleições de 82, queixaram-se os políticos porque os eleitores estavam mais exigentes, não se contentando com promessas. E barganhavam seu voto através do atendimento a necessidades concretas e imediatas, face à extrema precariedade em que vivem.

Entretanto, nas áreas de conflito, se essa “questão urbana” não deixa de ser relevante, e a compra de voto tenha acontecido, o exemplo da luta pela terra cria, para o camponês, uma outra possibilidade de se afirmar enquanto cidadão. Pois, ela toca na questão fundamental que vai lhe permitir uma verdadeira autonomia econômica e política, não interessando, neste momento, se sua solução é possível, enquanto viabilidade em termos econômicos.

Desse modo, é significativo que, em Sapé e Areia, nas eleições de 82, o PMDB tenha ganho, manipulando exatamente com a política clientelista, inaugurando uma nova forma de fazer política, reeditando o velho hábito dos “acordos”, agora levando em consideração esse novo eleitor — o proletariado rural.

Entretanto, em Alhandra e Conde, área de conflitos de terra da atualidade, houve um aumento do eleitorado, resultante de uma orientação política do sindicato. E, exatamente nestes municípios, houve uma alta percentagem de votos nulos e em branco e o PMDB perdeu a prefeitura, demonstrando que os eleitores se recusavam a aceitar a opção peemedebista que significava negar um avanço na direção da cidadania, conseguido na luta pela terra. Da mesma forma, esta cidadania é reafirmada, ao elegerem para vereador, pelo PMDB, o presidente do sindicato, liderança da luta, candidato extremamente próximo de suas reivindicações (16).

Se o processo de reformulação partidária dividiu a oposição, isto não parece ter concorrido para ampliar o espaço de manobra do Governo, à medida que o PT não constituiu uma alternativa real, entre outras razões, por causa da fragilidade de sua estruturação como partido e devido à dificuldade de transmitir, com sucesso, sua imagem de “partido dos pobres” para um eleitorado que não percebe como um “desposuído” poderia sobreviver no jogo político que envolve interesses que tendem a monopolizar recursos.

Concluindo, o partido de oposição, paradoxalmente, perde nos municípios onde o nível de consciência é mais alto devido à luta pela terra. A derrota significa uma falta de opção do eleitorado que, não tendo onde colocar sua insatisfação e a negação do regime então vigente, não legitima o PMDB como veiculador desta oposição que reafirmaria, em nível político, sua aspiração à ampliação da cidadania.

Assim, se a simultaneidade das eleições em todos os níveis, federal, estadual e municipal, aliada à vinculação do voto, municipalizou o pleito (16), não havia, por parte do PMDB, uma imagem que permitisse que, nestas condições, o voto plebiscitário pudesse exprimir os temas que são as questões fundamentais, em nível municipal, em virtude mesmo da opção por não os enfrentar.

Resta verificar se a hipótese aqui desenvolvida tem consistência, por exemplo, tentando levantar a relação entre movimento social e voto em Pernambuco, onde, tradicionalmente, alguns candidatos oposicionistas vencem, justamente nas áreas de ocorrência de greves. Como se colocam estes candidatos? Que bandeiras de luta levam-

tam? As respostas a estas questões, com uma pesquisa sobre o significado do voto entre os assalariados, permitirão maior clareza sobre o assunto.

## NOTAS

1. Os resultados dessas investigações são analisadas, respectivamente por Bolívar Lamounier e Fernando Henrique Cardoso em OS PARTIDOS POLÍTICOS E AS ELEIÇÕES NO BRASIL (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975); Fábio Wanderley Reis (org.) em OS PARTIDOS E O REGIME: A LÓGICA DO PROCESSO ELEITORAL BRASILEIRO (São Paulo, Símbolo, 1978); Bolívar Lamounier (org.) VOTO DE DESCONFIANÇA: ELEIÇÕES E MUDANÇAS POLÍTICAS NO BRASIL 1970-1979 (Petrópolis, Vozes, 1980).
2. Ver SÓUZA, Amaury de — As eleições e a abertura política: as pesquisas eleitorais na década de 70. In: SOARES, Ricardo Prata e outros. ESTADO, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA. Brasília, CNPq, São Paulo, ANPOCS. 1985. Ciências Sociais Hoje, 3.
3. Ver sobre movimentos pré-políticos: HOBBSBAWN, Eric — REBELDES PRIMITIVOS. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
4. Ver sobre os conflitos de terra na Paraíba: CANTALICE, Dulce Maria Barbosa — CAPITAL, ESTADO E CONFLITO — QUESTIONANDO ALAGAMAR. Tese de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Economia Rural. Campina Grande, 1984. NOVAES, José Roberto. Margarida Alves: uma líder sindical. In: Boletim da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Campinas. 5, set/out. 1983. CONTAG — As lutas camponesas no Brasil. Ed. Marco Zero. 1980.
5. A pesquisa foi realizada nas pontas de rua de 3 municípios do Brejo Paraibano durante e depois do período eleitoral de 1982. Os municípios são Areia, Alagoa Nova e Pilões, áreas de expansão canavieira. Foram realizadas 70 entrevistas semi-estruturadas com trabalhadores da cana sobre suas condições de vida e as expectativas da eleição. Foram entrevistados também os novos prefeitos eleitos, presidentes de sindicato, de cooperativa e outras lideranças locais. Para maiores detalhes ver: POTENGY, Gisélia F. — LES PLANS DE MODERNISATION DE LA PRODUCTION DE LA CANNE A SUCRE ET LEURS REPERCUSSIONS SOCIALES ET POLITIQUES DANS LE NORDESTE DU BRESIL: Le cas du Breje Paraibane. Doutorado em 3.<sup>o</sup> Ciclo. Universidade de Paris X. Nanterre. 1984.
6. A pesquisa do NDHIR foi coordenada por Maria Antonia Alonso de Andrade, a quem agradecemos por nos ter cedido o material antes da publicação. A pesquisa foi realizada durante as eleições de 1982 e incluiu a elaboração de monografias sobre vários municípios da Paraíba, entre eles Conde, Alhandra e Sapé. Utilizamos dados e interpretações dessas monografias e problematizamos algumas de suas conclusões. Agradecemos a seus autores pelo caminho aberto.
7. Pelo menos até 1984, quando se dá a 1.<sup>a</sup> greve dos canavieiros na Paraíba, envolvendo 34 municípios do Estado.

8. Ver CONTAG/FETAG – Os trabalhadores rurais e as eleições de 82. Documento.
9. SILVA, Carlos Antonio de Andrade e outros; - A Fome não tem Partido. Algumas considerações em torno das eleições de 82 nos municípios de Alhandra e Conde. UFPb/NDHIR. Relatório de Pesquisa. 1984 – Datilografado. p. 30.
10. Como p. ex. Marcus Odilon Ribeiro Coutinho.
11. SOUZA, Amaury. op. cit. p. 225.
12. Em 1980, segundo dados do Censo Agropecuário, 51,3% da área total (18.376 ha) eram ocupados por 20 estabelecimentos na faixa de 500 a 2.000 ha, que representavam 1,2% do número total. Na faixa entre 0 e 5 ha, encontram-se 1.241 estabelecimentos, representando 73,3% no número total e ocupando 5,5% da área total (1.584 ha).
13. Ver ANDRADE, Paulo Mesquita de. A Urbanização desloca o Centro do Poder Político. UFPb/NDHIR. Relatório de Pesquisa. 1984. Datilografado.
14. DINIZ, Eli – Máquina Política: O Caso do Estado do Rio de Janeiro. In: SOARES, Ricardo Prata e outros – Estado, Participação Política e Democracia. Brasília, CNPq, São Paulo: ANPOCS, 1985. Ciências Sociais Hoje, 3.
15. Esses dados foram retirados de SILVA, Carlos Antonio de Andrade e outros. op. cit.
16. Cf. argumentos de ANDRADE, Maria Antonia Aionso de – Clientelismo e Máquina Estatal nas Eleições de 1982. João Pessoa, UFPb/NDHIR. 1984. Mimeo.